

ENTREVISTA

Paulo Pimenta / MINISTRO DA RECONSTRUÇÃO DO RS

Escolhido por Lula para ser a autoridade federal no estado devastado por enchentes rebate críticas sobre politização da tragédia e vê as fake news como uma 'estratégia de guerra' adotada para atrapalhar o governo

JENNIFER GULART E AÍCE CRAVO publicaram em 16.5.2024

'NUNCA PERGUNTEI PARTIDO DE PREFEITO. MINHA FUNÇÃO É INSTITUCIONAL'



RIO GRANDE DO SUL

Qual sua prioridade como ministro extraordinário do Rio Grande do Sul?

Constituir uma parceria com o governo do estado, com as prefeituras, com as diversas representantes da sociedade, para que juntos possamos construir plano de reconstrução do Rio Grande do Sul, onde fique claro os papéis de cada um. Não será um ministério executor, será articulador. Quem executa é cada ministério.

Há uma reclamação de prefeitos sobre demora na chegada de recursos. Como resolver isso?

Hoje qualquer prefeito pode, em menos de 24 horas,

ter um plano de trabalho aprovado para receber recurso. Queremos dar orientação e também facilitar para que os prefeitos saibam como agir de forma adequada.

O governador Eduardo Leite tem cobrado o governo?

Minha relação com o governador é ótima. Assim como prefeitos do Rio Grande do Sul. Nosso trabalho é complementar, de apoio. Vou ajudar, facilitar, fortalecer parcerias.

A oposição criticou sua escolha, uma vez que o nome do senhor costuma ser lembrado para disputar o governo estadual em 2026. O senhor vê algum conflito político na função?

Em primeiro lugar, não pretendo misturar agenda institucional e traba-

lho do governo com debate da eleição de 2026. Sei diferenciar as coisas e em nenhum momento vou abdicar do que precisa ser feito. O que eu farei em 2026 é uma discussão que não será colocada agora.

O Rio Grande do Sul tem diversos prefeitos bolsonaristas que fazem oposição ao governo. O senhor tentará se aproximar deles?

Nunca perguntei partido de prefeito, nunca perguntei partido de vereador. Minha função é institucional, estabelecer uma relação republicana e isso não vai mudar.

O senhor acredita que as ações anunciadas para o RS podem impactar positivamente na popularidade do presidente?

A gente não está preocupado com a popularidade do presidente nessa hora.

O senhor tem afirmado que fake news prejudicaram os resgates no Rio Grande do Sul. Como isso ocorre?

Na medida em que as forças de segurança precisam dedicar parte do tempo para desmentir mentiras, evidentemente que isso prejudica. Um prefeito foi vítima de uma fake news, percentagem disso, afirmou que pessoas tinham morrido na UTI de um hospital. Quando esse fato foi tornado público, o Exército foi obrigado a tirar equipes que estavam no salvamento em outros lugares para mandar ao hospital. Quando chegaram lá, não era verdade. O próprio prefeito reconheceu que foi uma fake news.

O senhor vê dificuldade do governo em responder fake news?

O governo não tem essa dificuldade, tanto é que todas elas foram desmentidas. Mas como ela é produzida de forma industrial, mesmo que dure uma hora, duas horas, é tempo suficiente para ser disseminada, principalmente na bolha da extrema direita. Eles dizem: "caminhões estão sendo parados porque estão exigindo nota fiscal de doações". (O governo) Vai lá e prova que isso não ocorreu, mas aí eles argumentam que foi por causa do peso. É uma estratégia de guerra, de contrainformação.

Deputados dizem que o governo mira postagens críticas a ações do governo. Como vê essa crítica?

Citei vários fatos aqui, ne-

hum deles é opinião. Liberdade de expressão é um princípio que eu defendo, que o governo defende, liberdade de crítica da oposição, da mesma maneira.

A Polícia Federal abriu um inquérito a partir de um ofício enviado pelo senhor com supostas fake news. Qual punição o senhor espera para essas pessoas?

Essa pergunta tem que ser feita para a PF, O Poder Judiciário. Quem manda prender é a Justiça. A resposta é a seguinte: se alguém que cometeu crime off-line cometesse esse mesmo crime on-line, ele está protegido da responsabilização criminal? Evidentemente que não. Mas é um tema que diz respeito à polícia e ao Judiciário.



Nova função. 'Nosso trabalho é complementar, de apoio. Vou ajudar, facilitar, fortalecer parcerias', diz Pimenta

ANS - RJ 326305

Nota de esclarecimento

Em nome de seu compromisso com a transparência e com o diálogo, a Amil vem a público esclarecer os motivos que, dentro da mais absoluta legalidade, a levaram a cancelar alguns contratos de planos coletivos por adesão. Apesar de corresponderem a apenas cerca de 1% dos beneficiários cobertos, a empresa lamenta os transtornos causados, uma vez que cada pessoa envolvida merece a devida consideração.

Entretanto, a decisão se deve ao fato de que tais contratos, negociados por administradoras de benefícios diretamente com entidades de classe, com intermediação de corretoras, apresentam há vários anos situação de desequilíbrio extremo entre receita e despesa, a ponto de não vermos a possibilidade de reajuste exequível para corrigir esse grave problema.

Diante desse quadro, as pessoas envolvidas têm direito legal à portabilidade para manter suas coberturas, sem a obrigatoriedade de cumprir novamente prazos de carência, com suporte de suas respectivas entidades de classe, administradoras de benefícios e corretoras, conforme a regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Enfatizamos que a medida não tem nenhuma relação com demandas médicas ou quaisquer tratamentos específicos, uma vez que mais de 98% dos pessoas envolvidas não estão

internadas ou submetidas a tratamento médico garantidor de sua sobrevivência ou de sua incolumidade física. Beneficiários em tais condições continuarão recebendo cobertura da Amil para os cuidados assistenciais prescritos até a efetiva alta, conforme os critérios e normativos estabelecidos.

Embora difícil, a medida legal adotada se impôs para alcançar a sustentabilidade em todas as modalidades de contratação de planos de saúde, uma vez que a saúde suplementar se baseia no mutualismo.

A Amil tem 46 anos de história, 35 mil colaboradores, 81 clínicas e 31 hospitais próprios em sua rede médica assistencial, além de 20 mil serviços de saúde credenciados. Realiza 80 milhões de procedimentos assistenciais todos os anos e atende a mais de 3 milhões de beneficiários, incluindo mais de 10 mil pessoas do espectro autista. Ao todo, em 2023, a empresa arcou com aproximados R\$ 20 bilhões de contas médicas pagas na prestação de serviços assistenciais a seus clientes.

A Amil está aberta ao diálogo com a ANS e com todos os envolvidos, para que, dentro de um ambiente de respeito à segurança jurídica, seja possível alcançar as melhores soluções para o prosseguimento de seu trabalho assistencial hoje e no futuro.

Amil Assistência Médica Internacional S.A.